

ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

- 1 -----SESSÃO ORDINÁRIA -----  
2 -----REUNIÃO DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2017 -----  
3 -----ATA NÚMERO UM / DOIS MIL E DEZASSETE -----  
4 -----COMPOSIÇÃO DA MESA: -----  
5 - **Presidente** – João Carlos Barreiras Duarte; -----  
6 - **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----  
7 - **Segundo Secretário** – Rui Leonel Abrantes Ferreira Cunha; -----  
8 -----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores: -----  
9 - João Carlos Barreiras Duarte; -----  
10 - Joaquim Marcos Henriques; -----  
11 - Ricardo Manuel Silva Fernandes; -----  
12 - Vitória Maria Cardoso Pereira; -----  
13 - Mário Rui Nascimento Nunes; -----  
14 - Samuel Carvalho Gomes Monteiro Silva; -----  
15 - Dennis Pereira Gamelas; -----  
16 - José Alberto Simões Rocha; -----  
17 - António Fernando Lopes; -----  
18 - Rute Isabel Brasão Correia; -----  
19 - Luis Francisco Campos Silva; -----  
20 - Olga Maria Gomes Rainho; -----  
21 - Maria Fernanda Faria Abreu Silva Mateus; -----  
22 - Carlos João Fernandes Pereira da Fonseca; -----  
23 - Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; -----  
24 - Maria de Fátima Santos Figueiredo Viola; -----  
25 - José Henrique Santos Silva; -----  
26 - Vanda Ferreira Nunes Laura; -----  
27 - Maria Helena Rebelo Santos; -----  
28 - José Vitor Ribeiro Silva; -----  
29 - Rui Leonel Abrantes Ferreira Cunha; -----  
30 - Presidente da União das Freguesias do Bombarral e Vale Covo António Feliciano  
31 Júnior; -----  
32 - Presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal João Manuel Gomes Mendonça; --  
33 - Presidente da Junta de Freguesia da Roliça Joana Isabel Henriques Caetano; ----  
34 - Presidente da Junta de Freguesia do Pó Nuno Diogo Fernandes Bernardino; -----  
35 -----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores: --  
36 - O senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira; -----  
37 - O senhor vice-presidente da Câmara Nuno Manuel Mota Silva; -----  
38 - A senhora vereadora Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos; -----  
39 - O senhor vereador Luis Alberto Camilo Duarte; -----  
40 - O senhor vereador António Joaquim Correia Fialho Marcelino; -----  
41 - A senhora vereadora Maria de Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira; -----  
42 - A senhora vereadora Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra; -----  
43 - Assistente Técnico Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

44 - O chefe da divisão do potencial humano e administração geral Paulo António  
45 Pardal Dias Jorge; -----

46 - O responsável pela unidade orgânica de gestão financeiras João Filipe Batista  
47 Cordeiro;- -----

48 -----Pelos 21:25 horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou  
49 a sessão aberta. -----

50 -----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

51 -----ATA 05/2016: Depois de lida e achada conforme foi deliberado por  
52 unanimidade dos membros presentes na sessão respectiva aprovar a ata n.º  
53 05/2016, da reunião de 24 de Novembro de 2016. -----

54 -----MOÇÃO: O grupo municipal do PS apresentou o seguinte voto de pesar.  
55 “Mário Alberto Nobre Lopes Soares nasceu a 7 de Dezembro de 1924, em Lisboa,  
56 vindo a falecer, na mesma cidade, no dia 7 de Janeiro de 2017, aos 92 anos de  
57 idade. Apoiado pelo pai e fortemente influenciado pelo ambiente em que cresceu, de  
58 tradição republicana e oposicionista, Mário Soares iniciou muito jovem a sua  
59 actividade política. Como advogado defendeu, em tribunais plenários, inúmeros  
60 opositores ao regime e, devido às constantes perseguições que a policia política lhe  
61 fazia viu-se obrigado a refugiar-se em Paris em 1971. Cofundador do Partido  
62 Socialista, a 19 de Abril de 1973, do qual foi o primeiro secretário-geral, regressou a  
63 Lisboa em 1974, logo após o derrube do regime, tendo sido chamado a  
64 desempenhar as funções de Ministro dos negócios Estrangeiros, Primeiro-Ministro  
65 dos I, II e IX governos constitucionais, acompanharam o processo de construção de  
66 políticas sociais para a adesão às Comunidades Europeias. Entre 1986 e 1996 foi  
67 Presidente da República, tendo iniciado as chamadas presidências abertas, durante  
68 as quais percorreu muitas regiões do país, auscultando directamente as aspirações  
69 e as reclamações populares, dando assim início a uma nova postura presidencial.  
70 Figura maior e indelével do socialismo democrático português, foi um grande  
71 servidor da causa pública, como deputado, eurodeputado, ministro, primeiro-ministro  
72 e Presidente da República. A 9 de Abril de 1981 recebe a Grã-cruz da ordem Militar  
73 de Cristo de Portugal, a 9 de Março de 1991 o Grande Colar da ordem Militar da  
74 Torre e Espada, do Valor, lealdade e Mérito de Portugal e, a 9 de Março de 1996 o  
75 Grande Colar da Ordem da Liberdade de Portugal. Mário Soares, republicano e laico  
76 tornou-se numa referência absoluta na história contemporânea, tendo sido um  
77 observador incansável de Portugal e do mundo, sendo considerado como símbolo  
78 nacional da resistência e da liberdade. A política era imã prática de vida e eera  
79 vivida com alegria – “a vida que era política, política que não se distinguia da vida. A  
80 celebração de uma implicava a celebração da outra.2 A sua vocação da liberdade  
81 era antiga e tendo-o demonstrado pela vida fora, com a envergadura da sua  
82 coragem, o rasgo de alguns gestos políticos e o tamanho da sua intuição política.  
83 Foi u, homem livre, comum, sem medo. Era genuinamente popular, no mais nobre  
84 sentido do termo. Ele quis ser também, para além do seu construtor, o reconciliador  
85 da democracia livre, pluripartidária, civilista e ocidental. Aqueles com quem privou  
86 relatam o seu tom descontraído, o estar bem na sua pele no combate. Foi uma vida

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

87 com maiúscula e alta intensidade onde a política era o centro, a família, a  
88 retaguarda, a melhor retaguarda, atribuindo uma importância significativa ao papel  
89 de sua mulher na sua vida familiar, social, cultural e obviamente política. Celebrou  
90 92 anos de uma vida plena e intensa, dedicada desde muito jovem às causas que  
91 nortearam a sua acção política ao longo de décadas: a liberdade, a democracia e a  
92 justiça social. Primeiro no combate permanente contra a ditadura do Estado Novo e  
93 depois como principal obreiro da consolidação do regime democrático saído da  
94 revolução de Abril e da nossa integração europeia. Assim, a Assembleia Municipal  
95 do Bombarral, reunida no dia 23 de Fevereiro de 2017 delibera: 1. Aprovar um voto  
96 de pesar pela morte de Mário Alberto Nobre Lopes Soares. 2. Endereçar à família  
97 enlutada cópia do documento aprovado.“-----  
98 -----Esta proposta foi subscrita por todos os grupos municipais.-----  
99 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) lembrou uma passagem do Dr.  
100 Mário Soares pelo Bombarral quando ganhou as eleições para a presidência da  
101 República pela primeira vez. Na altura o senhor Victor Costa pediu-lhe uma sede  
102 para a campanha embora não fosse apoiante do mesmo. Quando este passou pelo  
103 Bombarral tinha 2 ou 3 pessoas a acompanhá-lo e foi-lhe apresentado o Dr. Mário  
104 Soares que tinha uma largura de espírito de um verdadeiro democrata. -----  
105 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse tratar-se de uma das  
106 grandes figuras da democracia portuguesa depois do 25 de Abril contribuindo muito  
107 para o país que somos hoje. Nem sempre toda a gente esteve de acordo com ele  
108 mas tomara Portugal ter muito mais gente com este calibre. Lembrou que quando o  
109 Dr. Mário Soares veio a uma inauguração do Festival do Vinho esteve um mar de  
110 gente. Espera que o Bombarral não se esqueça de aprovar uma proposta para  
111 atribuição de um nome de rua ao Dr. Mário Soares. -----  
112 -----Foi deliberado por unanimidade aprovar o voto de pesar supra transcrito.  
113 -----MOÇÃO: O grupo municipal da CDU apresentou a seguinte proposta:  
114 “Condenação da decisão do governo de esvaziamento dos serviços da Direcção  
115 regional de Agricultura na Região Oeste. A Divisão de Investimento de Agricultura e  
116 Pesca (DIAP), localizada nas Caldas da Rainha, era uma estrutura de recepção e  
117 análise de processos de candidatura. Acompanhava também a execução e  
118 tratamento dos processos de pagamento que posteriormente eram enviados ao  
119 IFAP. Estras funções eram desenvolvidas por seis agrónomos. A Direcção Regional  
120 de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP) tem estruturas em  
121 Santarém e no Oeste (Caldas da Rainha). Aponta-se para que, do número de  
122 candidaturas processadas na DRAP, quase metade o seria no DIAP. Ao longo dos  
123 anos foram sendo transferidos serviços para Santarém, como aconteceu, por  
124 exemplo com o programa Vitis e apesar da importância da DIAP, não foi reforçada  
125 com técnicos durante anos. O número de funcionários está concentrado em  
126 Santarém e se se estão a esvaziar os serviços nas Caldas da Rainha a  
127 responsabilidade é dos responsáveis governamentais que não deram orientações  
128 em sentido contrário. Uma primeira implicação está relacionada com o afastamento  
129 do processo de avaliação de candidaturas de técnicos com mais de 25 de

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

130 experiência, nomeadamente de experiência na tipologia de agricultura e explorações  
131 existentes na região Oeste, substancialmente diferente da agricultura praticada no  
132 Ribatejo. Com isto, os profissionais afectos às tarefas transferidas foram alvo de um  
133 processo de redistribuição de tarefas sem que tenham sido consultados. As novas  
134 tarefas a que foram afectos não podem usufruir a sua experiência acumulada ao  
135 longo dos anos. Apesar das medidas terem sido tomadas com o objectivo de  
136 aumentar a eficiência e eficácia no cumprimento dos objectivos, o governo terá de  
137 explicar como é que afastar funcionários capacitados e concentrar procedimentos  
138 contribui para essa eficiência e eficácia. Considerando que agora a DRAP decidiu  
139 transferir toda a actividade e processos daquela estrutura para Santarém,  
140 reafectando os seus técnicos a outras tarefas, nomeadamente funções de controlo e  
141 na área das pescas e que com esta decisão os agricultores do concelho do  
142 Bombarral têm de se deslocar a Santarém para fornecimento de informações ou  
143 documentação solicitadas e necessárias ao andamento dos processos, significando  
144 mais um aumento nos custos para os agricultores e a própria DRAP. Uma vez que o  
145 acompanhamento dos projectos implica visitas para a realização das vistorias  
146 obrigatórias, que carecem da deslocação dos técnicos que acompanham a  
147 candidatura. Neste sentido a Assembleia Municipal do Bombarral, reunida a  
148 23.02.2017 considerando que os serviços de proximidade à actividade produtiva do  
149 Ministério da Agricultura são cada vez mais fundamentais. Considerando que, o  
150 apoio efectivo à agricultura nacional passa pois por reforçar os serviços do  
151 Ministério e não por extingui-los, decide condenar a decisão do Governo de esvaziar  
152 os serviços da Direcção Regional de Agricultura na região Oeste e enviar esta  
153 moção às seguintes entidades. Ex.mo senhor Presidente da Assembleia da  
154 República, ex.mo senhor ministro da Agricultura, grupos parlamentares e ex.mo  
155 senhor Presidente da República.”-----

156 -----O senhor Fernando Lopes (PS considerou que esta proposta é prematura  
157 porque não sabem o que se está a passar. Uma reorganização de serviços pode ser  
158 negativa ou positiva.-----

159 -----Foi deliberado por maioria com 17 votos a favor (11 do PSD, 3 da CDU e  
160 3 do CDS) e 8 abstenções (1 do PSD e 7 do PS) aprovar a moção supra transcrita.

161 -----MOÇÃO: O grupo municipal da CDU apresentou a seguinte proposta: “A  
162 CDU condena retirada de composições de passageiros da Linha do Oeste. A CDU  
163 condena a decisão da CP de retirar de circulação as automotoras “592” que na  
164 Linha do Oeste serviam os comboios inter-regionais de ligação à linha do Norte e a  
165 Coimbra. A CDU considera que tal decisão é um grave passo atrás na melhoria da  
166 oferta de transporte público neste troço ferroviário. Apesar de não serem novas e de  
167 serem alugadas à congénere espanhola – num negócio de duvidoso interesse para  
168 a CP – a introdução das automotoras “592” foram, ainda assim, um avanço na  
169 resposta à necessidade de conferir ao transporte de passageiros na Linha do Oeste  
170 maior conforto e qualidade, captando assim mais utentes para o transporte  
171 ferroviário no troço entre as Caldas da Rainha e Coimbra. Nos últimos dois anos  
172 registou-se um aumento do número de passageiros nas Linha do Oeste –

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

173 designadamente no troço a norte das Caldas da Rainha – coincidiu com a melhoria  
174 dos horários e a introdução das “592”. Só em 2016 foram transportados na Linha do  
175 Oeste quase meio milhão de passageiros. A CDU não aceita que a CP, para dar  
176 resposta aos compromissos contratuais noutro troço ferroviário, prejudique as  
177 populações servidas pela Linha do Oeste e ponha em causa o processo de  
178 recuperação e modernização da mesma. Com a saída das “592” da Linha do Oeste,  
179 serão as composições “UDD” (construídas nos anos 70 do século passado) que  
180 voltarão a assegurar o serviço. Ou seja, ao invés de aumentar o investimento em  
181 equipamento circulante de modo a dar resposta às solicitações nas várias linhas  
182 ferroviárias, nomeadamente naquelas que ainda não são electrificadas, a CP opta  
183 por criar condições para se chegar mais rapidamente a uma situação de exaustão  
184 do material circulante, aumentando assim a probabilidade de avarias nas  
185 composições. Há ainda a registar que no final da passada semana foram suprimidas  
186 várias ligações por falta de material circulante, nomeadamente no dia 17, quer no  
187 troço entre Caldas e Lisboa, que no troço entre Caldas e Leiria. A CP chegou a  
188 alugar autocarros da Rodoviária do Tejo para transportar os passageiros de manhã  
189 cedo, trabalhadores e outros passageiros que têm horários a cumprir de Caldas  
190 para Torres Vedras e das Caldas para Leiria que, num caso e noutro, ficaram depois  
191 sem ligações para Lisboa e Coimbra respectivamente. Esta situação, com a saídas  
192 das camelo, tenderá a agravar-se porque a falta de composições diesel é cada vez  
193 maior e a CP não compra, não aluga, não repara. Há cada vez mais material  
194 circulante parado sem utilização. Por todas estas razões, a CDU condena esta  
195 decisão da CP e considera urgente e necessário a modernização e requalificação de  
196 toda a Linha do Oeste até Coimbra, pela sua importância estratégica económica e  
197 social para o Distrito de Leiria, para a Região Oeste e para o desenvolvimento  
198 equilibrado do País. A CDU não desistirá da defesa da Linha do Oeste e da sua  
199 modernização e tudo fará para a sua concretização, apelando a autarcas,  
200 comissões de defesa, utentes e populações em geral para que prossigam e  
201 intensifiquem a já longa luta nesse sentido. Assim a Assembleia Municipal do  
202 Bombarral reunida a 23.02.2017 decide condenar a decisão da CP de retirar de  
203 circulação as automotoras “592” que na Linha do Oeste serviam os comboios inter-  
204 regionais de ligação à Linha do Norte e a Coimbra e enviar esta petição às  
205 seguintes entidades: Ex.mo senhor Presidente da Assembleia da República, ex.mo  
206 senhor Ministro do Planeamento e das infra-estruturas, grupos parlamentares.  
207 Ex.mo senhor Presidente da República.”-----  
208 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) lembrou que a renovação da Linha  
209 do Oeste foi uma das promessas do engenheiro Sócrates numa sessão nas Caldas  
210 da rainha onde anunciou a não vinda do aeroporto para a Ota. A Linha do Oeste é  
211 fundamental para desenvolver a região. É lamentável que uma vila a 40, 50 ou 60  
212 km de Lisboa não tenha uma ligação para esta cidade, o que é anacrónico. As  
213 pessoas não utilizam a linha porque não há serviço. Este abandono da ferrovia é  
214 transversal a todos os governos, Esta moção faz todo o sentido. -----  
215 -----Foi deliberado por unanimidade aprovar a moção supra transcrita. -----

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

216 -----MOÇÃO: O grupo municipal da CDU apresentou a seguinte proposta: “A  
217 descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República  
218 Portuguesa – tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de  
219 solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública,  
220 assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre  
221 outros aspectos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.  
222 A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente)  
223 acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há  
224 descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. A transferência  
225 de atribuições deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e  
226 do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor  
227 e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e  
228 não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do  
229 investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o  
230 poder local. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira  
231 descentralização de competências, em que o poder local democrático se assuma  
232 como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de  
233 direcção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e  
234 complementariedade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das  
235 populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do  
236 Estado. Objectivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma  
237 delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de  
238 administração central, regional e local. Devem manter-se no Estado, para além dos  
239 que são próprios do exercício da soberania os poderes que permitam o  
240 desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano  
241 de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos  
242 domínios económico, social e cultural. A inexistência de autarquias de nível  
243 intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou  
244 qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efectiva  
245 descentralização que é urgente resolver. Novas competências para as autarquias  
246 exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização)  
247 para os seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às  
248 responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das  
249 competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos  
250 sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. A experiência  
251 de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram  
252 encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das  
253 competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do  
254 volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao  
255 regime financeiro. Face aos projectos de diplomas do governo agora concluídos  
256 sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia  
257 Municipal do Bombarral reunida a 23.02.2017 delibera: reafirma a descentralização  
258 como condição essencial para o desenvolvimento local e regional; reiterar a

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

259 exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um  
260 processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de  
261 administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia  
262 dos Municípios; exigir a delimitação de todas as restrições à autonomia do poder  
263 local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. Rejeitar  
264 qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia  
265 comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno  
266 exercício presente e futuro. Ex.mo senhor Presidente da Assembleia da república;  
267 ex.mo senhor Ministro da Presidência e da Modernização Administrativa, grupos  
268 parlamentares, ex.mo senhor Presidente da República.” -----  
269 -----Pelos 22:00 horas foram os trabalhos interrompidos por 5 minutos a  
270 pedido do grupo municipal do PSD. -----  
271 -----Pelos 22:20 horas foram os trabalhos retomados. -----  
272 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que os coordenadores  
273 concordaram quase na plenitude excepto na questão da regionalização. Vão retirar  
274 o princípio da regionalização e irão apresentar uma quarta moção onde se refere a  
275 regionalização. -----  
276 -----Foi deliberado por unanimidade aprovar a seguinte moção: “A  
277 descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República  
278 Portuguesa – tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de  
279 solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública,  
280 assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre  
281 outros aspectos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.  
282 A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente)  
283 acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há  
284 descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. A transferência  
285 de atribuições deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e  
286 do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor  
287 e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e  
288 não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do  
289 investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o  
290 poder local. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira  
291 descentralização de competências, em que o poder local democrático se assuma  
292 como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de  
293 direcção e conformação que faça sentido à luz do principio da subsidiariedade e  
294 complementariedade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das  
295 populações e que que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do  
296 Estado. Objectivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma  
297 delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de  
298 administração central, regional e local. Devem manter-se no Estado, para além dos  
299 que são próprios do exercício da soberania os poderes que permitam o  
300 desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano  
301 de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

302 domínios económico, social e cultural. A inexistência de autarquias de nível  
303 intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou  
304 qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efectiva  
305 descentralização que é urgente resolver. Novas competências para as autarquias  
306 exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização)  
307 para os eu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às  
308 responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das  
309 competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos  
310 sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. A experiência  
311 de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram  
312 encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das  
313 competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do  
314 volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao  
315 regime financeiro. Face aos projectos de diplomas do governo agora concluídos  
316 sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia  
317 Municipal do Bombarral reunida a 23.02.2017 delibera: reafirma a descentralização  
318 como condição essencial para o desenvolvimento local e regional; exigir a  
319 delimitação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira,  
320 orçamental, organizacional, material e humana. Rejeitar qualquer nova transferência  
321 de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das  
322 autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício presente e futuro.  
323 Ex.mo senhor Presidente da Assembleia da república; ex.mo senhor Ministro da  
324 Presidência e da Modernização Administrativa, grupos parlamentares, ex.mo senhor  
325 Presidente da República.”-----

326 -----MOÇÃO: O grupo municipal da CDU apresentou a seguinte proposta: “A  
327 descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República  
328 Portuguesa – tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de  
329 solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública,  
330 assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre  
331 outros aspectos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.  
332 A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente)  
333 acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há  
334 descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir. A transferência  
335 de atribuições deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e  
336 do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor  
337 e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e  
338 não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do  
339 investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o  
340 poder local. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira  
341 descentralização de competências, em que o poder local democrático se assuma  
342 como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de  
343 direcção e conformação que faça sentido à luz do principio da subsidiariedade e  
344 complementariedade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das



## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

345 populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do  
346 Estado. Objectivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma  
347 delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de  
348 administração central, regional e local. Devem manter-se no Estado, para além dos  
349 que são próprios do exercício da soberania os poderes que permitam o  
350 desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano  
351 de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos  
352 domínios económico, social e cultural. A inexistência de autarquias de nível  
353 intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou  
354 qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efectiva  
355 descentralização que é urgente resolver. Novas competências para as autarquias  
356 exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização)  
357 para os eu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às  
358 responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das  
359 competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos  
360 sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias. A experiência  
361 de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram  
362 encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das  
363 competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do  
364 volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao  
365 regime financeiro. Face aos projectos de diplomas do governo agora concluídos  
366 sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia  
367 Municipal do Bombarral reunida a 23.02.2017 delibera: reafirma a descentralização  
368 como condição essencial para o desenvolvimento local e regional; reiterar a  
369 exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um  
370 processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de  
371 administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia  
372 dos Municípios; exigir a delimitação de todas as restrições à autonomia do poder  
373 local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana. Rejeitar  
374 qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia  
375 comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno  
376 exercício presente e futuro. Ex.mo senhor Presidente da Assembleia da república;  
377 ex.mo senhor Ministro da Presidência e da Modernização Administrativa, grupos  
378 parlamentares, ex.mo senhor Presidente da República.” -----  
379 -----Foi deliberado por maioria rejeitar a moção supra transcrita com 4 votos  
380 de aprovação (3 da CDU e 1 do PSD), 10 abstenções (10 do PSD) e 11 votos de  
381 reprovação (7 do PS, 1 do PSD e 3 do CDS). -----  
382 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) questionou se existe projecto para o  
383 canil / gatil e se este é feito pelos técnicos das Câmaras Municipais do Bombarral e  
384 Cadaval. Considerou que fazer obras de betuminoso não é só pôr betuminoso no  
385 chão desbaratando dinheiro que tanto custou a poupar sem se cuidar do problema  
386 das drenagens. Na estrada dos Loridos já há abatimentos e é preciso perceber  
387 porquê. Fez-se mais uma obra mal feita e desbaratou-se dinheiro que tanto custou a

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

388 poupar. Fazem-se obras em ano de eleições porque é preciso pôr betuminoso no  
389 chão. Solicitou informação sobre a marcação de estacionamento em cima do  
390 passeio.-- -----

391 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que o senhor Presidente da  
392 Câmara na reunião da comissão permanente falou da possibilidade da passagem do  
393 Papa Francisco pelo Bombarral. Não pode deixar de perguntar se o senhor  
394 Presidente da Câmara já contactou o Ministério dos Negócios Estrangeiros e as  
395 forças de segurança e se já está definido o trajecto. É com imenso orgulho que  
396 encaram a vinda do Papa ao Bombarral.-----

397 -----O senhor José Victor Silva (PS) lembrou que desde 2008 que se vem  
398 falando do parque temático, não existindo qualquer documento jurídico que vincule  
399 os empresários. Neste momento temos o investimento em risco. Lembrou o parque  
400 de diversões de Lisboa que se pensa começar em 2018, bem como o parque da  
401 Lourinhã. Questionou quais as razões para o atraso desta obra e se existe algum  
402 documento que vincule a empresa. Se sim questiona quais os valores que a  
403 empresa terá de dar á Câmara Municipal e se há algum documento que vincule a  
404 empresa ao pagamento dos acessos e das infra-estruturas. Um vector de  
405 desenvolvimento do concelho seria o turismo. Temos o Budda Éden que está a ser  
406 muito mal aproveitado pela autarquia e outro pólo pode ser o centro de interpretação  
407 da batalha da Roliça. Perguntou que iniciativas estão previstas para a atracção de  
408 turistas e para a eventual construção do centro de interpretação da batalha da  
409 Roliça e o que está previsto para a autarquia captar a alavancagem do Budda Éden.

410 -----O senhor Ricardo fernandes (PS) congratulou-se pela abertura do julgado  
411 de paz aprovada hoje em Conselho de Ministros e que ficará no tribunal do  
412 Bombarral.-----

413 -----O senhor Presidente da Câmara disse existir verba para o canil / gatil no  
414 orçamento dos dois municípios para se poder avançar este ano e existe um projecto  
415 sobre o qual estão a ser afinados pormenores técnicos. As obras de pavimentação  
416 estão a decorrer a bom ritmo e é importante fazer as coisas bem feitas. A marcação  
417 de lugares de estacionamento é da competência da Câmara Municipal e tudo o que  
418 tem aparecido é da responsabilidade da autarquia negando qualquer favorecimento.  
419 Quanto á atrocidade proferida acerca da vinda do Papa referiu nunca ter dito tal  
420 coisa estando possivelmente perante um delírio ou toma de medicamentos não  
421 autorizados. O que foi dito não tem nada a ver com a realidade. Acerca dos julgados  
422 de paz é ele quem se congratula por ter tido oportunidade de lutar por eles e ter  
423 conseguido juntamente com o staff que o acompanha. O senhor José Victor Silva é  
424 obcecado pela Lourinhã lamentando que ande há muitos anos na política podendo  
425 ter contribuído para não haver uma tão grande décalage entre os dois municípios.  
426 Sobre o parque temático disse que haverá novidades em breve. Os investidores  
427 insistem que vai ser uma realidade, tendo a Câmara Municipal cumprido com todos  
428 os compromissos assumidos.-----

429 -----O senhor vice-presidente da Câmara disse que o senhor Samuel Carvalho  
430 está incomodado por terem alcatroado a estrada dos Loridos. Já tinha informado

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

431 que vão lançar concursos para fazer valetas em todo o concelho. Passou hoje na  
432 estrada dos Loidos e não viu lá nada abatido. Toda a situação foi acompanhada por  
433 técnicos que tem como competentes.-----

434 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse nunca ter falado em  
435 favorecimento por causa das pinturas nos passeios. Em relação às pavimentações  
436 disse serem opções políticas nunca tendo metido em questão os técnicos  
437 municipais. Se há pessoa que acredita no concelho e luta por ele é ele próprio.-----

438 -----O senhor Luis Campos (PSD) disse que o PSD é executivo porque tem  
439 feito um bom trabalho e o povo lhes dá o voto. Considerou que o PS pinta o  
440 Bombarral de forma negra. Questionou como é que centro de interpretação da  
441 batalha da Roliça supera a importância da agricultura no nosso concelho. Quanto ao  
442 parque temático são os investidores que sabem quando hão-de pôr cá o dinheiro.  
443 Há pessoas que têm vontade que o parque temático não venha e o mais grave é  
444 que o dizem na rua. Tem de se acabar com a política do bota abaixo. -----

445 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS), em defesa da honra, disse que lhe  
446 podem atribuir algumas características mas não a de ser lunático para vir falar de  
447 um assunto tão delicado de forma a que pudesse ser mais ridículo. É pena não  
448 haver acta da reunião da comissão permanente mas há nove testemunhas e isto foi  
449 dito. Os epítetos da intervenção do senhor Presidente da Câmara não casam bem  
450 com a postura de um presidente da Câmara.-----

451 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a entrada a pés juntos do  
452 senhor Ricardo Fernandes e o tom jocoso com que o fez só revela que a abordagem  
453 a um tema sério foi feita de forma deturpada da realidade. O que disse na reunião  
454 permanente, em off, é que poderia haver uma abordagem ao papa por parte da  
455 equipa responsável pela imagem de Nossa Senhora e respectivo livro. Agora o  
456 Papa vir ao Bombarral nunca foi dito.-----

457 -----**PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA**  
458 **CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO**  
459 **DE INVESTIMENTOS:** -----

460 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) questionou o porquê de serem €  
461 700.000 para os estaleiros e se existe algum projecto.-----

462 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que nunca viram um projecto  
463 para as antigas instalações do IVV, pelo que questionou de onde vêm os € 700.000  
464 para os estaleiros quando há 3 meses aquando da discussão do orçamento se  
465 falava em € 300.000. Estão a fazer obras sem noção do que estão a fazer. -----

466 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a proposta está suportada pela  
467 análise técnica em fase de elaboração do projecto, havendo aqui uma agilização  
468 processual. Há oportunidade de investimento privado no Bombarral que irá criar  
469 dezenas de postos de trabalho pelo que é necessário libertar o actual espaço dos  
470 estaleiros municipais. -----

471 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a seguinte proposta  
472 da Câmara Municipal: “Atendendo a que: a) A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro,  
473 que estabelece o RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

474 Entidades Intermunicipais, determina no n.º 2, do artigo 51.º, que os investimentos a  
475 serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de serem  
476 identificados no contrato de empréstimo, quando ultrapassem 10% das despesas de  
477 investimento previstas no Orçamento do exercício, são submetidos,  
478 independentemente da sua inclusão no PPI, a discussão e autorização prévia da  
479 Assembleia Municipal; b) Existindo a pretensão de contratar um empréstimo de  
480 longo prazo, no montante de 1.200.000,00 € para financiar investimentos que  
481 ultrapassam os 10% das despesas de investimento do Orçamento do exercício  
482 (1.951.860,00 € x 10% = 195.186,00 €), torna-se imprescindível a discussão e  
483 autorização prévia da Assembleia Municipal; c) Os investimentos a autorizar são os  
484 seguintes: - Construção da ligação de AR Domésticas ao emissário “em alta” no  
485 Vale Covo/Vale Pato e construção de rede AR Pluviais e extensão AR Domésticas  
486 na Estrada Vale Pato - 500.000,00 €; - Construção dos Armazéns Municipais -  
487 700.000,00 €. A Câmara Municipal deliberou solicitar à Assembleia Municipal a  
488 discussão e autorização dos citados investimentos, nos termos da alínea ccc), do n.º  
489 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para  
490 cumprimento do n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” -----

### 491 -----**PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E** 492 **GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2017:** -----

493 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) perguntou se o projecto do mercado  
494 contempla a parte das descargas e do frio e se é aí que serão colocadas a loja do  
495 cidadão e os serviços de finanças e da segurança social. Não concordam com o  
496 princípio da loja do cidadão num meio tão pequeno como o nosso. O que foi dito é  
497 que os serviços iam para aquele local para se requalificar o mercado, pelo que  
498 pergunta se o resto do edifício vai ser objecto de obras.-----

499 -----O senhor Presidente da Câmara disse que o projecto do mercado  
500 contempla a parte antiga para instalação da loja do cidadão por desafio do governo  
501 e para garantir a permanência dos serviços no concelho. A requalificação do  
502 mercado irá ser apoiada pelo Portugal 2020 no âmbito do PARU com € 700.000.----

503 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de  
504 modificação orçamental ao orçamento e grandes opções do plano de 2017. -----

### 505 -----**PROPOSTA DE ACORDO PARASSOCIAL DA ADTA – ÁGUAS DO** 506 **VALE DO TEJO S.A.:** -----

507 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que a CDU se sente defraudada  
508 com este documento. Até podiam concordar desde que a água não saísse da esfera  
509 pública, mas aqui abre-se o caminho para a privatização da água e a CDU nunca vai  
510 aceitar a privatização de um bem essencial como a água. Na campanha eleitoral  
511 interpelaram o senhor Presidente da Câmara sobre se concordava com a  
512 privatização da água em baixa e este respondeu que não mas o caminho para isso  
513 está aberto. -----

514 -----O senhor Dennis Gamelas (CDS) disse que o CDS se vai abster porque  
515 não é claro nem explícito o âmbito das alterações. Basta que 5 municípios aceitem

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

516 para a EPAL ficar com 50% e decida o que entender e não podem ser coniventes  
517 com esta situação. -----  
518 -----O senhor Presidente da Câmara disse que esta situação foi apresentada  
519 aos municípios como uma imposição pelo que o documento é meramente para  
520 cumprir um formalismo. São reféns desta situação porque ficar de fora pode  
521 significar não terem capacidade de assumir investimentos necessários ao  
522 funcionamento do sistema. -----  
523 -----O senhor Samuel Carvalho (CDU) disse que no baixo Alentejo foi criado  
524 um sistema todo municipal. -----  
525 -----O senhor Presidente da Câmara disse desconhecer a realidade referida.-  
526 -----Foi deliberado por maioria com 20 votos a favor (12 do PSD, 7 do PS e 1  
527 do CDS), 2 abstenções (2 do CDS) e 3 votos contra (3 da CDU) aprovar a proposta  
528 de acordo parassocial da ADTA – Águas do Vale do Tejo S.A.. -----  
529 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.  
530 -----**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE**  
531 **DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA EM BAIXA TENSÃO RENOVADO**  
532 **ENTRE O MUNICIPIO DE BOMBARRAL E A EDP DISTRIBUIÇÃO EM**  
533 **29.09.2003:** -----  
534 -----O senhor Rui Cunha (CDS) questionou em que zonas já colocados LED's.  
535 -----O senhor Carlos João Fonseca (PSD) questionou se está calculada qual a  
536 poupança para o município com a utilização dos LED's.-----  
537 -----O senhor Presidente da Câmara disse que os led's já estão colocados no  
538 Barrocalvo. A poupança está estimada mas ainda está a ser feita monitorização.----  
539 -----A senhora vereadora Norberta Santos disse que a EDP está a tentar  
540 substituir todas as lâmpadas por led's, havendo também já na Columbeira. -----  
541 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovara a proposta de  
542 alteração ao contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa  
543 tensão renovado entre o Município de Bombarral e a EDP Distribuição em  
544 29.09.2003. -----  
545 -----**NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA**  
546 **COMISSÃO CONSULTIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL: ---**  
547 -----Os grupos municipais do PSD e CDS apresentaram a seguinte proposta:  
548 “Os grupos Municipais do PSD e CDS propõem que o representante da Assembleia  
549 Municipal do Bombarral na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Director  
550 Municipal seja o senhor Luis Francisco Campos Silva e suplente Rui Leonel  
551 Abrantes Ferreira Cunha.” -----  
552 -----O grupo municipal do PS apresentou a seguinte proposta: “efectivo: José  
553 Rocha, suplente: José Victor Silva.” -----  
554 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse não ter nada contra o senhor Luis  
555 Campos mas põe-se a questão de saber se o mesmo não estará impedido,  
556 Requereu a elaboração de um parecer jurídico.-----  
557 -----O senhor Chefe da Divisão do Potencial Humano e Administração Geral,  
558 a pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, interveio, referindo que,

## ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017

559 para uma avaliação mais rigorosa da questão suscitada, seria necessário saber  
560 exatamente qual a natureza e competências específicas da comissão em apreço de  
561 modo a se poder aferir se a intervenção na mesma por parte do elemento a nomear  
562 pela Assembleia Municipal configuraria os atos ou procedimentos a que alude o nº  
563 1 do artigo 69º do CPA e como tal se se verificariam, por consequência, eventuais  
564 impedimentos, designadamente os previstos na respetiva alínea a), conforme  
565 sugerido pelo membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Lopes. Numa  
566 primeira apreciação diria que não mas admite que possa existir outra interpretação.  
567 Pelo que, sendo a própria Assembleia que suscita a dúvida, ou decidem votar com a  
568 condição de verificar se existe ou não violação das garantias de imparcialidade,  
569 suscitando-se a necessidade de parecer jurídico externo e circunstanciado ou  
570 decidem não poderem votar o ponto em apreço.-----  
571 -----O senhor Presidente da Assembleia disse achar que uma comissão  
572 consultiva deve ser constituída por pessoas da área mas perante as dúvidas coloca-  
573 se a questão de saber se quem é arquitecto ou engenheiro deve ficar de fora da  
574 comissão. -----  
575 -----O senhor Joaquim Marcos Henriques (PSD) considerou que devem votar  
576 a proposta condicionada a um parecer jurídico. -----  
577 -----O senhor Fernando Lopes (PS) disse que o senhor Luis Campos podia  
578 não ter impedimento se não desse entrada de projectos nesta casa. -----  
579 -----PROLONGAMENTO DA REUNIÃO: pelas 00:00 horas foi deliberado por  
580 unanimidade prolongar a reunião por mais uma hora.-----  
581 -----Pelas 00:00 horas foram os trabalhos interrompidos por 5 minutos sendo  
582 reatados pelas 00:30 horas. -----  
583 -----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que irá pedir um  
584 parecer sobre esta matéria à CCDRLVT, pelo que a votação ficaria sujeita à  
585 condição de parecer jurídico favorável à inexistência de eventuais impedimentos do  
586 membro a nomear pela Assembleia.- -----  
587 -----Efetuada votação por escrutínio secreto verificaram-se 13 votos na  
588 proposta dos grupos municipais do PSD e CDS, 9 votos na proposta do grupo  
589 municipal do PS e dois votos em branco. -----  
590 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.  
591 -----**INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E**  
592 **SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA:** -----  
593 -----O senhor Ricardo Fernandes (PS) disse que na informação não encontrou  
594 a proposta dos vereadores do PS sobre o protocolo de apoio aos bombeiros  
595 voluntários que é importante e de inteira justiça.-----  
596 -----O senhor Presidente da Câmara disse que a referida proposta ainda não  
597 transitou pelo que não foi incluída na actividade municipal.-----  
598 -----  
599 -----Nada mais havendo a tratar, pelas 00:40 horas foi a sessão encerrada e  
600 lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pela  
601 Presidente da Mesa e pelos dois Secretários. -----

**ATA N.º 01/2017 – Reunião de 23 de Fevereiro de 2017**

602

603 O Presidente:

604

605 O 1.º Secretário:

606

607 O 2.º Secretário:

608